

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na quarta (em %) -0,28 São Paulo	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos) 26.068 26.714	Título da dívida externa brasileira, na quarta US\$ 1,015 (▲ 0,13%)	quarta-feira (em R\$) 2,311 (▼ 1,32%)	Turismo, venda (em R\$) 2,937 (▼ 0,03%)	Na BM&F e grama (em R\$) R\$ 32,55 (▼ 1,06%)	Prefixado, 30 dias (em % ao ano) 19,54	IPCA do IBGE (em %) Fevereiro/2005 0,59 Março/2005 0,61 Abril/2005 0,87 Maio/2005 0,49 Junho/2005 -0,02

DÍVIDA PÚBLICA

Queda nos índices de inflação alivia o caixa de estados e municípios, que no 1º semestre reduziram em 60% os juros pagos à União. Mesmo assim, quatro governadores querem trocar o IGP-DI pelo IPCA

Saindo do sufoco

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

A choradeira de prefeitos e governadores com o peso de suas dívidas quase sempre é motivo de alarde. Vira-e-mexe, pressionam o governo federal em busca de um alívio no pagamento de juros. Nos últimos meses, no entanto, a maior parte deles anda calada sobre o assunto. Com a queda das cotações do dólar e com os índices de preços registrando deflação, estados e municípios estão tendo um grande alívio nos gastos com o endividamento. É o que revela o Banco Central (BC). Nos primeiros seis meses deste ano, as despesas com juros das duas esferas de governo totalizaram R\$ 16,4 bilhões, valor 60% menor que os encargos pagos no mesmo período do ano passado, de R\$ 27,2 bilhões.

“Desde o início do ano, temos percebido uma folga no caixa de estados e municípios, com o recuo da inflação”, diz o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Essa folga já se reflete, inclusive, no estoque do endividamento das duas esferas de governo. Em dezembro do ano passado, estados e municípios deviam R\$ 351,1 bilhões. Em junho último, o saldo havia baixado para R\$ 348,8 bilhões. Pode parecer um recuo pequeno. Mas é importante ressaltar que, desde o início de 2002, os débitos das duas esferas de governo vinham dando saltos significativos, reflexo da disparada do dólar, que corrige a parcela da dívida externa, e dos saltos monumentais do Índice Geral de Pre-

ços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), que atualiza a parte refinanciada pela União.

Pelas contas do BC, com a deflação registrada pelo IGP-DI em maio, junho e em julho, a União subsidiou as dívidas de estados e municípios. De acordo com os refinanciamentos fechados entre 1997 e 2000, o governo federal assumiu o endividamento das duas esferas de governo, que passou a ser corrigido pela taxa básica de juros (Selic). Em contrapartida, governadores e prefeitos se comprometeram a pagar à União encargos de 6% a 9% ao ano mais a variação do IGP-DI. Como a inflação ficou negativa nesses três meses, o Tesouro Nacional teve de arcar com a diferença entre a Selic e o IGP-DI. Quadro semelhante já havia ocorrido no mesmo período de 2003, devido ao forte arrocho imposto pelo governo na política monetária, que levou o país à recessão.

Rebelião sulista

Apesar dos números mais favoráveis do endividamento, quatro estados ensaiaram um movimento para retomar o debate sobre o assunto. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul chegaram a anunciar que entrariam ontem com um processo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para forçar a troca do indexador da parcela da dívida refinanciada pela União, o IGP-DI, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como referência pelo próprio governo no sistema de metas inflacionárias.

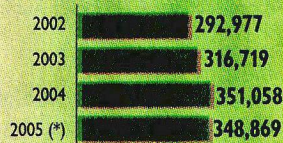
A alegação desses estados é a de que o IGP-DI não é a melhor

EM QUEDA

(Em R\$ bilhões)

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Em 2002, com a explosão do dólar e do IGP-DI, as dívidas de estados e municípios deram um salto espetacular. Mas, desde o fim do ano passado, estão em queda



GASTOS COM JUROS

Com o dólar em baixa e o IGP-DI registrando deflação, as despesas com a dívida, que chegaram a R\$ 15 bilhões em dezembro de 2002, caíram para pouco mais de R\$ 1 bilhão em junho deste ano



(*) Até junho. Nos demais, saldo de final de ano
 Fonte: Banco Central/Editoria de Arte CB

taxa para corrigir as dívidas com a União, pois é muito suscetível às variações do câmbio. “Basta olharmos o histórico das dívidas para constatar isso”, ressalta o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), porta-voz do grupo. “Mesmo com o comprometimento de até 13% das receitas para pagar juros, as dívidas continuam aumentando”, acrescenta.

Segundo Roberto Requião (PMDB), governador do Paraná, a troca do IGP-DI pelo IPCA não deve se limitar à correção futura dos débitos. A seu ver, é preciso retroagir o indexador desde a renegociação das dívidas. Com isso, os estoques do endividamento cairiam para patamares mais aceitáveis, corrigindo distorções como a que se viu em 2002, quando o IGP-DI bateu em 26,4% e o IPCA ficou em 12,5%.

A medida beneficiaria, sobretudo, seis estados — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul — que estão desengatados pelos parâmetros definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei diz que, no caso dos estados, a dívida não pode representar mais de duas vezes as receitas correntes líquidas. Entre os municípios, o limite é de 1,2

vez as receitas. Em dezembro de 2004, a dívida da Prefeitura de São Paulo representava 2,44 vezes as receitas do município.

Na avaliação do secretário de Fazenda da Bahia e coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Albérico Mascarenhas, a despeito dos estragos feitos pelo IGP-DI nas dívidas de estados e municípios, não há certeza se realmente a troca de indexadores será a solução para o problema. “A tendência é de que, ao longo do tempo, os índices de preços convirjam para um mesmo patamar”, assinala. Nos primeiros seis meses deste ano, o IGP-DI acumulou alta de apenas 1,53%. Já o IPCA subiu 3,16%. Também no acumulado dos últimos 12 meses terminados em junho, o IGP-DI, com elevação de 6,5%, ficou abaixo do IPCA, com alta de 7,27%.

O governador do Rio Grande do Sul não está convencido de que, daqui por diante, o IGP-DI andarà passo a passo com o IPCA. Por isso, garante ele, em breve os quatro estados que integram o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Codesul) vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal para propor a troca do indexador das dívidas. “Já estamos finalizando uma ação nesse sentido”, diz.

